

MESMO SÓ, POR TODAS

NARRATIVAS E POEMAS



Roseane Coelho Braga

MESMO SÓ, POR TODAS

NARRATIVAS E POEMAS

Roseane Coelho Braga

BRASÍLIA, MARÇO DE 2023





PREFÁCIO *Gina Vieira Ponte de Albuquerque*

“Mesmo só, por todas” convida-nos a percorrer as portas, janelas, ladrilhos e batentes de 64 páginas forjadas a partir da escuta atenta a cinco mulheres. Não será um percurso fácil, mas é imprescindível fazê-lo. A cada página, a leitora é convidada a descortinar uma história, todas elas situadas no tempo e no espaço dos dias mais tristes que vivemos nestes últimos anos. Dias, anos e horas marcados por uma pandemia que parecia interminável. Quando ela começou, e registravam-se 30 mortes diárias no país, a pandemia da Covid-19 já assombrava-nos como nos assombra todo grande mal. Mas, nem nos nossos piores pesadelos, imaginávamos que estas 30 mortes diárias chegariam a 3 mil. Sepultamos tanta gente que parecia que a morte, o luto, o pranto e o desespero iriam virar regra. Os dados sobre as vítimas do vírus letal apresentados todos os dias foram embotando os nossos sentidos. A perplexidade inicial deu lugar a um torpor, a uma sensação de perturbação e espanto difíceis de serem traduzidos em palavras.

Mas, o sofrimento não pode ser banalizado e menos ainda esquecido. Urge que a gente lute para que a dor e o desespero não se tornem rotina e o que vimos na pandemia: mortes, abandono do Estado e negacionismo nunca mais voltem a se repetir. “Mesmo só, por todas” é um livro que parece lutar contra a naturalização da morte e do desespero, justamente, porque ele tira do anonimato a frieza dos números e apresenta as dores reais de mulheres negras antes, durante e depois dos piores momentos da pandemia da Covid-19.

Lucinda, Mércia, Josefa, Jacira e Luzia entregaram as suas palavras à Roseane Coelho Braga, a autora do livro, para ela que as registrasse. Nas palavras destas cinco mulheres, traduzidas, transcritas e representadas por uma narradora que conta à leitora o que elas lhe contaram, sentiram e sofreram, nós vamos encontrar todas as marcas da violência patriarcal e racista imposta a elas, no corpo, na alma e na memória.

Apesar de estarem situadas historicamente no século XXI, o que as personagens do livro narram são da ordem do inaceitável e nos lembram o tempo todo que estamos em um país de base histórica escravocrata. As narrativas, aterrissadas nos territórios de São Sebastião, Paranoá e Itapoã, no Distrito Federal, verdadeiros quilombos urbanos, desvelam e expõem uma Brasília profundamente segregada. Jacira, a quarta mulher a ter a sua história apresentada, conta-nos sobre como era

a sua vida antes de a pandemia chegar. Ela era obrigada a morar no quartinho de uma escola particular em que trabalhava como uma espécie de “faz tudo”. Ela e o marido submetem-se a todo tipo de humilhação em nome de garantir os recursos necessários à sua sobrevivência e em nome de que a filha de 13 anos obtenha uma bolsa de estudos e possa vislumbrar dias melhores para si. Mesmo quando as situações parecem humanamente insuportáveis para Jacira e ela pensa em desistir do emprego, o que ela tem como resposta ao seu pedido de socorro é a perversidade da dona da escola que responde-lhe: “Aqui você não tem nem o direito de pedir para sair”. E, como ficaria a vida, que já era muito difícil antes da pandemia, depois que o surto da Covid-19 chegou e parecia querer levar toda a dignidade que restava a ela e à sua família?

Tão inaceitável quanto a condição imposta à Jacira é a realidade de Josefa, que a partir da sua narrativa, corrobora o que o relatório de 2016, do UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas, anunciou: na maioria dos lugares do mundo, quando uma menina completa 10 anos de idade, ela deixa de ser vista como pessoa e passa a ser encarada como um objeto a ser explorado: no trabalho doméstico, no trabalho e no casamento infantil, no abuso e na exploração sexual. A história de Josefa é ilustrativa do quanto pagamos caro por negligenciar as infâncias e adolescências femininas, por seguir reproduzindo a lógica racista, machista e patriarcal que reduz as possibilidades identitárias das meninas e lhes tira a oportunidade de sonhar. As dores de mulheres como Josefa vão se espalhando por gerações, vão se diluindo na existência de outras mulheres da família. As dores de Josefa são também as dores de Lucinda, que assim como ela, tem que lidar com o desrespeito imposto por um homem à sua filha. Em comum, além das dores, as duas têm a coragem de não se silenciar diante da barbárie. Cada uma, ao seu modo, trava uma luta extenuante física e emocionalmente em defesa de suas famílias.

A narrativa de Mércia, a penúltima mulher a ter a sua história contada, colocamos em contato com a pior dor que uma mulher e mãe podem enfrentar. Ao contar a história dela, em alguns momentos, a narradora opta por não traduzir o que ela diz, mas transcrever integralmente o que ela fala. E Mércia nos diz: “Eu fecho os olhos e ainda vejo o meu filho sangrando no corredor de um hospital (...) é para sempre uma dor que não vai curar nunca. Uma ferida aberta para o resto da vida”.

E, fechando todas estas narrativas temos Luzia, uma mulher movida por uma fé inabalável. Ela tem fé em Deus, fé no amor, fé em uma vida sem violência, fé

na força da ação coletiva. Detalhes da história de Luzia nos lembram do quanto o Racismo Estrutural, de fato, perturba cada mínimo espaço do nosso país. Por mais sagrada que pareça uma instituição, por menor que seja um grupo ou estrutura social, lá estará o racismo exercido pela branquitude. Apesar das violências raciais sofridas, Luzia encontra um caminho de fé no qual a sua dor vira cura para outras mulheres.

Ao longo da jornada por estas 64 páginas, além de a leitora sofrer, se surpreender, se indignar, se encantar e se inspirar nas histórias destas cinco mulheres, ela poderá encontrar, ao longo das páginas, ilustrações delicadas de Ana Maria Sena, feitas em aquarela, em que mulheres negras são representadas em cenas cotidianas. Estas ilustrações, bem como os poemas que se alternam entre uma história e outra, funcionam como um respiro, como a criação de um tempo de descanso e elaboração de cada narrativa que a leitora atravessará. Vale a pena se demorar um pouco em cada uma delas.

Como bem discutido na introdução deste livro, dados oficiais mostram que as histórias apresentadas nele não são exceção no Brasil. Constituem as estatísticas assustadoras que apontam que, diariamente, em todas as classes sociais, em especial, as mulheres negras sofrem todo tipo de violência. “Mesmo só, por todas” é um livro que não pode acabar quando acessamos a última história e fechamos suas páginas. Depois de atravessar as portas, janelas, ladrilhos e batentes de um livro que escancara a violência cometida contra as mulheres, entre as quatro paredes de suas casas e nos diferentes espaços privados em que elas foram obrigadas a se isolar durante a pandemia, só fará sentido ter percorrido estas páginas se a gente for capaz de tomar como nossa a dor de cada uma dessas mulheres, a fim de que um dia todas elas possam repetir a narrativa de Jacira: “Sou mulher, sou negra, eu tenho que ter a minha voz. Não é um homem ou uma situação que vai me calar. Isso eu aprendi no pulso e me fortaleci na roda de mulheres”. Que esta obra nos insira na roda de meninas e de mulheres que lutam contra todo tipo de violência, e traga-nos conhecimento mais profundo e compromisso mais consistente para com esta causa.

Gina Vieira Ponte de Albuquerque é ceilandense, atuou como professora da educação básica na Secretaria de Educação do DF por mais de 30 anos. É graduada em Letras pela Universidade Católica de Brasília. Pela Universidade de Brasília é mestra em Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica, especialista em EAD, em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Autora do Projeto Mulheres Inspiradoras, agraciado com 15 prêmios, entre eles, o I Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Braga, Roseane Coelho

Mesmo só, por todas [livro eletrônico] :
narrativas e poemas / Roseane Coelho Braga. --
1. ed. -- Brasília, DF : Ed. da Autora, 2023.
ePub

ISBN 978-65-00-63809-7

1. Mulheres pretas 2. Narrativas pessoais
2. Pandemia - Aspectos sociais 3. Poesia brasileira
4. Racismo - Brasil I. Título.

23-147287

CDD-B869.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Poesia : Literatura brasileira B869.1
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

AGRADECIMENTOS

À preciosa equipe de colaboradores do projeto:

Ana Maria Sena – Ilustradora
Cristiane Dias – Design e montagem
Cristiane Sobral – Atriz e intérprete
Dinho Lacerda - Estúdio SapucaiaLab
Fernando Campos – Concepção e direção do audiovisual
Guilherme Carvalho - Direção de atores
Guilherme Pastana - Pós-produção do audiovisual
Isabella Atayde Henrique - Revisão e padronização
Juliana Moraes – Historiadora
Klara Barker – Assistente de produção e articulação
Max Lage – Comunicação e difusão
Vanessa Silva Santos – Voz áudio book

*À minha mãe Hornézia Coelho Vaz, minhas irmãs
Florianita C. Braga Campos e Tereca Coelho,
pelas revisões, dicas e estímulos.*

***Muito especialmente às mulheres que
se encorajaram a contar suas histórias.***



INTRODUÇÃO

¶ As narrativas aqui apresentadas são fragmentos de realidade comuns às mulheres, pretas/pardas e periféricas de todo o Brasil. Por meio de relatos de cinco mulheres, para as quais daremos nomes fictícios, pretendemos descortinar a difícil tarefa de sobrevivência durante a pandemia de COVID-19 nas áreas periféricas do Distrito Federal, acentuada pela desigualdade social, pelo racismo estrutural e pelo sexismo cotidiano que perpassa todos os setores da vida dessas mulheres.

Ao verificar a importância do tempo na composição da sociedade e no controle social, faz-se necessário ver em perspectiva a construção identitária do Brasil para melhor compreender o contexto atual em que se situam as narrativas destas mulheres. Para tanto, voltamos, brevemente, ao século XIX.

A construção identitária do povo brasileiro, desde os tempos coloniais, pretendeu excluir sua negritude, afrodescendência e potencialidades femininas, seja na historiografia do século XIX (vide Francisco Adolfo de Van Varnhagen), no apagamento de mulheres protagonistas da História, na posse das terras, com a Lei de Terras, ou na Constituição outorgada por Dom Pedro I, em 1824, para citar apenas alguns exemplos.

O estigma da cor foi sendo construído, paulatinamente, por meio de políticas públicas, discursos e teorias racistas, nos quais se incluía o embranquecimento da população. Daí a construção do racismo estrutural, perpetrado em nosso cotidiano por indivíduos, grupos ou instituições que buscam a desumanização da população preta.

Sob a perspectiva do sociólogo Jessé Souza em *A ralé brasileira*, mais especificamente no capítulo que trata sobre *A construção do mito da brasilidade*, é possível inferir sobre o grande desafio da criação da identidade enquanto nação, a fim de despertar na população o sentimento de pertencimento.

Neste trabalho, Souza demonstra que o racismo permeia os primórdios do pensamento hegemônico da elite econômica e cultural brasileira que se formou. Tese que se traduz na “*indole pacífica*” do brasileiro, encobrindo os conflitos de

classe e a potência de enfrentamento do povo. Assim, o exercício da crítica e dos apontamentos dos conflitos de classe e de raça são tidos como negativos, pois negam a imagem simbólica de povo pacífico, formado da união de raças, feliz e alegre. Tal cultura naturalizou o racismo estrutural existente na população brasileira.

Em paralelo à construção do racismo está o lugar e a condição em que as mulheres foram inseridas historicamente. Diversos autores concordam com o fato da dominação dos homens sobre as mulheres se amparar em uma ideologia social que lhes confere legitimidade. Logo, a violência contra a mulher, que é majoritariamente perpetrada pelo homem, objetiva mantê-la sob seu domínio, como propriedade. Tal situação tornou-se cotidiana ou rotineira e parte de um padrão relacional, afirma Heleieth Saffioti, professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e autora do livro *O poder do macho*.

Às mulheres coube o direito de voto apenas na década de 1920. O protagonismo de suas ações foi, sistematicamente, invisibilizado até meados do século XX, seja na Literatura, Medicina, Ciência, Artes, dentre outras áreas.

Assim, é possível inferir que a institucionalização das relações racistas e sexistas é forjada na sociedade brasileira desde os tempos do colonialismo e escravismo. Percorridos mais de 130 anos da Abolição da Escravatura e outros 60 anos da Revolução Feminista, o gênero feminino ainda está sob ataque daqueles que se julgam superiores em seus lares, família, comunidade, Estado ou demais instituições.

Como relevante discussão e projeção da situação de humilhação e morte das mulheres no Brasil, figura o movimento feminista. Bandeira assinala que a militância feminina foi determinante para forjar as condições materiais, institucionais e históricas necessárias à pauta de combate à violência doméstica e ao feminicídio e, por consequência, demandar do Estado políticas públicas de combate a estas violências.

Passando aos dias atuais, daquelas que pretendemos dar voz e visibilidade, fazem-se necessários alguns dados. A população residente no Brasil foi estimada em 212,7 milhões de pessoas em 2021, sendo que deste total, 54% se autodeclarou preta ou parda. Mulheres são a maioria, compondo 51,1%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD/IBGE. Em 2020, o levantamento mostra que o número de homens assalariados caiu 0,9%, enquanto o número de mulheres caiu 2,9% devido à crise pandêmica.

Em razão do isolamento social e do confinamento aos quais a população esteve

submetida, decorrentes da pandemia ocasionada pela COVID-19, órgãos de Segurança Pública e aqueles vinculados ao Poder Judiciário têm observado um aumento significativo dos casos de violência doméstica no Distrito Federal e em outras Unidades Federativas, como, inclusive, já vem sendo noticiado em diferentes veículos de comunicação. No Brasil, estima-se que as denúncias de violência doméstica tenham aumentado em até 50% em 2022.

Considerando que a violência doméstica contra a mulher é uma das expressões da questão social mais relevantes na contemporaneidade, ser mulher no Brasil ainda é uma ameaça ao patriarcado.

Muitas delas, sobretudo periféricas, não conseguem sair de relacionamentos abusivos por depender economicamente dos parceiros, por vergonha da situação de agressões em que se encontram. Para além destas razões, existe o medo a que são submetidas e o pânico de perderem a guarda de seus filhos, caso encerrem a relação. Há, inclusive, um dado estarrecedor. O aumento significativo de agressões de parceiros contra as mulheres em dias de jogo de futebol – descarregam suas frustrações e angústias em suas companheiras, normalmente abortos pelo álcool.

Há, ainda, a violência policial contra mulheres, adolescentes e jovens negros, na maioria das vezes acobertada pelo próprio Estado. Passadas mais de três décadas do retorno da democracia ao Brasil, as polícias civil e militar seguem inquisitorial, despreparadas para prestarem serviços e cuidados de segurança aos cidadãos. Os policiais, ao invés de se colocarem como mediadores de conflito, no sentido de reduzir o recurso da violência, abusam do poder de Estado, matando cidadãos inocentes, alegando legítima defesa.

Em virtude da inadequação destes policiais no trato com as mulheres agredidas, da reincidência de vitimização das mulheres ao peregrinar por diversos órgãos institucionais de proteção à mulher, e do aumento de casos de agressão e feminicídio no DF e entorno, o Governador criou uma Rede de Proteção às Mulheres, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, em 15/12/2021.

“Como o enfrentamento à violência contra a mulher envolve diversas instâncias e órgãos, entendemos e reforçamos a importância da criação de um comitê, de uma rede de enfrentamento, na qual diversos representantes do poder público estejam interligados.”
(Ericka Filippelli, Secretária da Mulher/DF).

Diante destas circunstâncias, durante a pandemia, a situação das mulheres pretas/

pardas periféricas ficou ainda mais frágil do ponto de vista da sobrevivência alimentícia, empregatícia e doméstica. As mulheres foram as mais afetadas, como relata a filósofa Djamilia Ribeiro em entrevista para o site UOL de notícias: “A pandemia impacta toda a sociedade, mas as mulheres negras são as que mais sentem o impacto, especialmente num país em que o cuidado com a casa e outras pessoas da família é muito ligado ao feminino. E a população negra e pobre é a que mais depende do sistema público de saúde.”.

As tensões criadas a partir do confinamento levaram muitas famílias periféricas a um estado de estresse, irritabilidade advinda das incertezas, medos com a nova realidade e preocupações de contaminação. Mas, sobretudo, uma angústia com as enormes dificuldades em suprir as necessidades básicas das famílias, uma vez que muitas mulheres perderam seus empregos em virtude da possível contaminação pela COVID-19.

Muitas delas trabalhavam em casas de famílias como diaristas - caso de algumas de nossas narradoras - ou como contratadas com Carteira Assinada; porém nem todas as empregadoras ou empregadores tiveram a sensibilidade com o trabalho/renda que muitas mulheres, arrimo de família, necessitavam naquele momento.

Para além das necessidades básicas, havia o fato das crianças não poderem ir para a escola ou necessitarem de aparelhos eletrônicos com internet para acompanharem minimamente os estudos e, praticamente, sem recursos.

A psicóloga Débora da Silva Noal levanta outro problema – o aumento do consumo alcoólico durante a pandemia: “O aumento do uso abusivo de álcool e outras drogas no ambiente familiar tende a aumentar a probabilidade de ocorrer violência, pois a capacidade de contenção dos próprios atos pode encontrar-se reduzida.”.

Nos relatos recolhidos em 2022 (da Lucinda, da Josefa, da Mércia, da Jacira e da Luzia), é possível detectar as situações de agressão física, psíquica e moral contra as mulheres. Por esta razão, discrimino o conceito de violência estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002: “Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou, efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.”.

A saída para a mudança de postura não está apenas com a polícia e a Justiça, mas no apoio da assistência social e psicológica, no empoderamento econômico e

no fortalecimento da autoestima destas mulheres, como demonstra a pesquisa realizada pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), em parceria com o Instituto Galvão e apoio do Instituto Beja. A crença na mudança de postura do parceiro ou arrependimento das ações agressivas dos mesmos também são posturas limitantes para a mudança de vida.

“Sabemos que a violência contra as mulheres é um espectro, que vai desde piadas sexistas até crimes violentos e assassinatos. As piadas sexistas permitem uma cultura em que as mulheres podem ser humilhadas, controladas, prejudicadas e abusadas.” (Farah Nazeer, diretora-executiva da Women’s Aid) .

Objetivando nossa análise, na qual as narrativas das mulheres reforçam a realidade cruel a que foram submetidas, é importante salientar a exclusão dos espaços de atuação para as populações historicamente rechaçadas no Brasil – os/as pretos(as)/pardos(as).

Historicamente, é notório o descaso institucional com as populações periféricas no entorno de Brasília – cidade criada para o funcionalismo público na década de 1960. A cidade modernista desenhada por Oscar Niemeyer, de amplos espaços e exuberância arquitetônica, tem em sua gênese a segregação racial e vale-se dessa estrutura para perpetuar as cisões que alimentam o capitalismo. Segundo relatório publicado pela OCDE (2018), Brasília é hoje a cidade mais segregada do Brasil e uma das mais segregadas do mundo.

Desde sua construção até os dias atuais, as Regiões Administrativas foram se formando com a remoção forçada de corpos “indesejados” do centro do poder. Pillhados e empilhados, se desenvolveram à margem da sociedade patriarcal e neoliberal formada pelos donos do poder, sem urbanização, arquitetura, saúde, educação de qualidade e pouco acesso à diversão. Nesse contexto, é possível traçar um paralelo desta exclusão por meio do apagamento da população preta/parda, quando foi objeto de estudo da Historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (UNB) ao coordenar o projeto “Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal”.

Em uma reportagem publicada em 2021 sobre como vivem as famílias no entorno, foi possível observar como Brasília e suas instituições políticas tratam as populações periféricas, quando denunciou que mais de “160 mil famílias vivem na faixa da pobreza”. A base da realidade vivida é de pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, baixa escolaridade e escassos recursos para uma vida digna.

Políticas descomprometidas com o bem-estar social e seus direitos, geradoras de uma desigualdade social brutal são recorrentes por aqui.

Isto posto, emergem cheias de bravura as mulheres que, apesar do medo, da violência doméstica, do abuso sexual, das ofensas de toda ordem, do *gaslighting*, da baixa autoestima, e da imensa dificuldade em apenas sobreviver, relataram suas experiências durante o confinamento decorrente da pandemia. O infortúnio da mentalidade escravocrata, racista e sexista ainda persiste entre nós, como pode ser observado nas histórias de vida e luta de Lucinda, Josefa, Mércia, Jacira e Luzia.

Neste universo, a importância da Lei Maria da Penha é indiscutível. Sancionada em agosto de 2006, objetiva proteger a mulher da violência doméstica e familiar.

Violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, conforme definido no artigo 5º da Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340/2006.

Segundo Jacira Melo, mestre em Ciências da Comunicação e diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão: “A violência contra as mulheres é mais presente do que se imagina, aqui e em qualquer parte do planeta, não conhece barreiras geográficas, econômicas e sociais, e acontece cotidianamente”.

A violência física e psicológica cometida por parceiros é um dos crimes mais comuns no Brasil e também em muitos outros países, conforme apontam pesquisas recentes.

71% das mulheres entrevistadas nessa pesquisa afirmam que o Brasil é um país muito machista. E 68% conhecem no mínimo uma mulher que foi, ou é, vítima de violência doméstica.

Segundo os dados recentes do Anuário de Segurança Pública, no ano de 2022, o Brasil bateu recorde de feminicídios com mais de 700 casos registrados. Em 2021, portanto no período da pandemia, do isolamento social, mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro e mais de 230 mil sofreram agressões físicas por violência doméstica.

Este livro é fruto do projeto *Mulheres e o isolamento social*, selecionado no Edital 06/2021 -FAC Brasília Multicultural I, promovido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF.

As narrativas aqui registradas pretendem sensibilizar e dar a conhecer estas realidades, invisibilizadas pelo medo, pelo pavor e pela humilhação das mulheres, que, infelizmente na maioria das vezes, não conseguem denunciar seus agressores por serem parentes, pais de suas filhas, por terem um relacionamento tóxico, no qual não veem saída para uma nova vida, por serem sustentadas pelos parceiros ou mesmo por não vislumbrarem uma vida como mulheres solteiras.

Além do livro digital, realizaremos nas comunidades uma série de debates sobre as histórias e as questões por elas apresentadas, com mulheres de São Sebastião, Paranoá e Itapoã, bem como uma *live* na Biblioteca Nacional de Brasília (BNB). Todo o material ficará disponível para *download* gratuito no canal do *Youtube* e *site* do Instituto Bem Cultural (IBC), nas redes sociais da Tangará Desenvolvimento Social e parceiros do projeto. Também será distribuído para as redes de mulheres e dos movimentos negros, federações e demais organizações sociais.

Esperamos que este livro sensibilize, sobretudo, as pessoas que usam da força do trabalho doméstico destas mulheres, para que se solidarizem com as mesmas, na luta contra a violência doméstica, a desigualdade social, de raça e de gênero. Esperamos, também, contribuir para que as mulheres que sofrem de violência possam se fortalecer e denunciar as situações vividas – emponderá-las é nosso intuito. Enfim, que juntos/as possamos contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, livre dos preconceitos de toda ordem, do racismo, do feminicídio, da misoginia, da homofobia e do patriarcalismo.





Engoli seco
tentando molhar a garganta
sangue ameaça
romper as veias...
te arranco de dentro
deste silêncio
dessa indignação profunda.

*Minha indignação
se converteu em seiva
correndo pelas veias
forçando os poros
a estupenda explosão.*

*Por entre a fresta,
a câmara espreita
a violação, o abuso
o crime recluso.*





SEM AMPARO, SEM SOSSEGO

Lucinda saltou sobre o marido, desesperada, com a panela de pressão na mão; e só não o matou de tanto bater porque a polícia chegou a tempo. Lucinda gritava e o acusava. As crianças assustadas, choravam confusas. A vizinha paralisada na porta, observava tudo - atônita.

Ela era diarista na casa de várias pessoas, tinha dois filhos pequenos, Jussara, de 6 anos, e Júlio, de 2 anos e meio, que moravam com ela. Sua filha Natália, de 36 anos, era casada e tinha um filho, moravam com o companheiro no Riacho Fundo.

José, seu marido, era bem mais velho e pai apenas do filho caçula, mas tinha criado sua filha Jussara desde bebê. Assim, havia uma relação de paternidade bem estabelecida entre eles.

Ele trabalhava há mais de 20 anos em uma grande empresa de material de construção, no Setor de Indústria, exercia cargo de gerência e era bem respeitado entre os colegas, amigos e familiares.

Lucinda, mulher preta, alegre, de sorriso largo e fala mansa, é nascida em Brasília, filha de baianos que vieram para a capital na época da sua construção. Tem um irmão e uma irmã, ambos casados, que moram no Distrito Federal, em outra cidade administrativa, e mantêm um bom vínculo com ela. Seus pais já são falecidos e deles ela guarda boa memória.

Tinha um relacionamento estável com o marido, gostava dele e considerava sua vida familiar e convivência social boa. Tinham uma rotina estabelecida. Todos os dias, seus filhos iam para a escola e creche, no período da tarde; no período da manhã, eles ficavam no apartamento, fazendo as tarefas escolares ou assistindo TV. Depois almoçavam o preparado que a mãe havia feito na noite anterior e seguiam de ônibus escolar.

Na véspera do Natal de 2016, eles receberam um compadre, amigo querido de longa data, para tomar cerveja e bater papo. Dormiria, então, na casa deles para seguir viagem no dia seguinte. Acomodaram-se na sala, com cervejas e algum tira-gosto, conversando sobre as coisas da vida de cada um e, sobretudo, a respeito da prosperidade que aqueles últimos anos tinham trazido às suas vidas.

Passadas algumas horas com as crianças já recolhidas no quarto para dormir, José se despede dizendo que estava cansado, que tinha tido uma semana longa e puxada; assim, iria se deitar. Lucinda e o compadre seguiram tomando cervejas até mais tarde. Ficaram até uma hora da manhã, quando Lucinda resolve ir se deitar, deixando o compadre se acomodar no sofá da sala para dormir. José não estava no quarto quando ela se deitou, mas entrou para dormir logo depois. Ela não conseguia pegar no sono, se levantou e foi ao banheiro esvaziar a bexiga das muitas cervejas tomadas. Ao passar pela sala, encontra o compadre também sem conseguir dormir e um tanto angustiado. Ele disse:

– Lucinda, não consigo dormir e estou preocupado, pois algo suspeito está acontecendo. O José demorou muito tempo no quarto das crianças e escutei barulhos estranhos, suspeitos. Depois ele saiu, foi ao banheiro antes de entrar no seu quarto.

Lucinda levou um susto e, chocada com a insinuação contida na fala do compadre, perguntou:

– Compadre, o que é isto que você está me falando? Conheço o José há muitos anos, sempre foi bom marido e bom pai.

Então, o compadre descreve o que ouviu, detalhando. Lucinda se horroriza.

– Meu Deus, o que eu faço agora?

– Não faça nada! Você deve ficar atenta e conseguir provar, pois se você fizer alguma coisa sem ter prova, ele vai ficar na melhor e você fica presa. Além disso, as crianças vão ficar com ele.

Lucinda tremia de raiva e indignação. Teve que fazer um esforço enorme para conseguir voltar para o quarto sem espancar seu marido.

Quando amanheceu o dia, o clima estava meio estranho e José pergunta para a mulher o que ela tinha. Lucinda responde:

– Acho que estou com ressaca, meu estômago está péssimo, com azia. Estou de mau humor com isto.

E assim ela passou o dia todo, ensimesmada.

José foi até a padaria comprar pão, como de costume. As crianças ainda dormiam e Lucinda aproveitou para uma última conversa com o compadre antes dele seguir viagem.

– Compadre, quero matar meu marido!

– Não faça isto, pois você vai para a cadeia e seus meninos vão ficar aí sofrendo. Você precisa juntar provas para denunciar isto aí. Arranje uma câmera espiã e coloque no quarto escondida, para filmar. Você precisa aguentar, ser forte, não deixar que ele desconfie que está suspeitando de alguma coisa; e não fala nada com as crianças, nem com ninguém.

Lucinda arranhou uma desculpa para proteger sua menina, mandou que ela ficasse na casa da irmã até que comprasse a tal câmera espiã. Isso levou 15 dias. Durante este período, foi só sofrimento. Uma raiva profunda do marido se solidificava. E cada dia ela inventava uma mentira para seu mau humor: azia, gastrite, ressaca, até que um dia, já com a câmera montada atrás de um buraco feito no armário, Lucinda encontra sua vizinha, que percebe que ela não estava bem. A vizinha pergunta se podia ajudá-la com alguma coisa:

– Você pode me ouvir? Responde Lucinda.

– Posso sim. E ali, sentadas na calçada do prédio, conta toda a história para a vizinha. Combinam uma estratégia para que a vizinha chamasse a polícia assim que Lucinda o pegasse no flagra pela câmera e lhe passasse uma mensagem pelo *WhatsApp*.

No mesmo dia buscou sua filha na casa da irmã e se preparou, ansiosa. Antes do marido chegar, comprou cerveja e derramou no corpo, para que ele sentisse o cheiro e achasse que ela estivesse bêbada; assim ele ficaria mais à vontade. Seu coração quase saía pela boca, de tão acelerado que estava. Com o medo e a indignação querendo romper as veias do seu corpo, ela vai para o quarto se deitar, depois que o marido chega em casa.

José entra no banheiro e toma banho, faz a barba com a porta do banheiro entreaberta, dando para ver o quarto das crianças. Em seguida, vai para o quarto dos filhos por algum tempo. Depois ele sai e, novamente, vai ao banheiro. Lucinda, que acompanhava tudo com extrema atenção, se levanta e pega a câmera escondida no armário. Ao olhar as imagens e ver a mão de José penetrar por debaixo do short da Jussara, deitada na cama, ela não aguenta! Manda um *WhatsApp* para a vizinha, conforme combinado, pega a panela de pressão e pula em José, que abria a porta do banheiro naquele momento. Bateu com tanta força que ele cai. E continuou batendo e gritando, ameaçando matá-lo por abusar da sua filha. As crianças se apavoraram, chorando, sem compreender a cena. Neste momento, entra a polícia e o prende.

José foi preso em flagrante, julgado e condenado a treze anos de prisão.

A vida da família virou um caos depois desta tragédia. Financeiramente, ficaram sem recursos suficientes para o sustento, pois o que Lucinda ganhava nas faxinas não era o bastante. As crianças sofriam de culpa, medo e insegurança. Júlio não entendia o ocorrido e dizia para todos na escola que ele não tinha mais pai, que sua mãe tinha batido nele e, por isto, estava preso. Jussara se encontrava deprimida, ensimesmada e triste. Acreditava que era a culpada pela prisão do seu pai e pela tristeza profunda que havia tomado conta de sua mãe.

Desesperada, Lucinda começou a procurar ajuda no serviço de assistência e outros oferecidos pela sociedade civil, em busca dos benefícios sociais do governo e, também, de terapia gratuita para ela e as crianças.

Foi um período muito difícil; ela acordava de madrugada para enfrentar as filas de atendimento na assistência social, até que conseguiu fazer o cadastro. Bateu na porta de muitas Organizações da Sociedade Civil em busca de oferta de terapia.

Seus irmãos fizeram vaquinha com os amigos e familiares, sobrinhos e outros amigos de infância com laços afetivos sólidos, para colaborar e, assim, amealharam uma pequena quantia para ajudá-la. Um pouquinho daqui, um pouquinho dali, e o esforço coletivo rendeu uma cesta básica e uma caixinha que chegou a quase mil reais para o pagamento das contas que já estavam atrasadas.

Lucinda, finalmente, depois de alguns meses, conseguiu atendimento psicológico gratuito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e pela Universidade de Brasília (UNB). Passou a ser acompanhada por médico e a tomar remédios controlados para ansiedade e pânico. As crianças também foram atendidas por médicos de uma instituição assistencial e passaram a frequentar o grupo terapêutico dos serviços das universidades. Júlio, depois do ocorrido com o pai, desenvolveu uma ansiedade acentuada e passou a ter ajuda de remédios controlados, além da terapia, para conseguir conviver na escola e em casa. Assim, estavam todos psicologicamente sob controle, com medicamentos e terapia semanal, indo à escola diariamente; ela, trabalhando e recebendo benefício do governo.

Foi vivendo nestas condições de dificuldades financeiras e psicológicas, com muitas fragilidades, cheios de sequelas do trauma vivido, que a pandemia se abateu sobre todos e os aprisionou em suas casas, sem escola, sem terapia, sem remédios e sem trabalho.

A situação, que já era para lá de delicada, piorou muito, se configurou em uma outra grande tragédia familiar.

Lucinda ficou sem todos os trabalhos, em função do isolamento social, e passou a viver do Auxílio Brasil, do Governo Federal, e do Prato Cheio, do Governo do Distrito Federal. No começo, o auxílio federal era de 1.200 reais, o que permitia manter o custo básico da família. Depois baixou para 600 reais e, em seguida, para 400 reais. Mesmo o valor sendo pouco, foi o que possibilitou ter alguma comida em casa.

Felizmente, o benefício segurou muitas famílias, pois não havia emprego. A falta de oportunidade de trabalho para as famílias tornava-as miseráveis, desesperadas, em uma situação indigna e humilhante. Antes da pandemia, as famílias já estavam sofrendo profundamente com o desemprego; a situação econômica do país só era boa para os ricos e os governantes. As filas dos serviços de assistência eram enormes, exigindo que as pessoas dormissem ao léu, na esperança de atendimento. E conforme a pandemia avançava, todos os estabelecimentos e serviços foram sendo fechados, atendimento apenas agendado. Era uma tristeza.

As crianças estavam visivelmente sofridas sem a terapia, que segurava bem a onda dos problemas psicológicos e os impactos vividos em consequência do abuso sexual do pai. Com o isolamento, Jussara foi se entristecendo cada vez mais. Ela se deprimiu muito durante a pandemia, trancada no seu quarto com todas estas privações e, sem o suporte psicológico, tentou se matar três vezes. Uma vez usando um fio para amarrar no pescoço, outra vez usando um saco de plástico na cabeça, e outra vez tomando todos os seus remédios para a depressão de uma só vez. Júlio, sem os remédios para a hiperatividade, ficava agressivo, sem conseguir se relacionar direito. Lucinda andava de cá para lá, tentando conseguir receita para a compra dos remédios do Júlio e algum apoio especializado.

Neste período, Natália, sua filha mais velha, e seu filho vieram morar com ela, pois vivia uma situação delicada com o marido violento, que, com o isolamento social, a relação ficou insustentável, pois começou a ser abusada, sistematicamente.

O pequeno apartamento de dois quartos ficou lotado e com todos adoecidos emocionalmente.

Com o passar do tempo, Lucinda voltou a trabalhar em duas casas e conseguiu passar uma delas para Natália, a fim de que ela ficasse menos deprimida, saindo um pouco e se relacionando com outras pessoas, mesmo com as máscaras e todo o

cuidado que a pandemia impunha. As crianças ficavam sozinhas no apartamento, esperando pelas mães. Jussara, já com onze anos, ajudava com os menores.

E assim seguiram, até que Natália conseguiu mais trabalho e alugou um lugar para morar com seu filho, pois havia finalmente decidido se separar definitivamente do companheiro agressor.

Neste período, a situação ficou muito difícil. Com a inflação comendo mais que as pessoas, o dinheiro suado nunca era suficiente, não bastava para o mínimo, que era a alimentação. Milhares de famílias, vítimas da desigualdade social e da falta de políticas públicas adequadas e suficientes, sucumbiram ao sofrimento e à morte. Outras tantas, seguiram na luta diária da sobrevivência, como Lucinda e seus filhos.

O controle da pandemia, com a vacinação em massa possibilitou que as coisas fossem se ajustando com o tempo. As crianças voltaram às aulas e Lucinda conseguiu mais casas para faxinar. Ainda esperam o retorno dos serviços de terapia gratuitos oferecidos pelas universidades, para retomá-la.

De todo modo, o clima de esperança no país a contagia. O próximo ano é de eleição presidencial, o que alimenta seu entusiasmo e a faz pensar que poderá mudar os governantes, o país sair desta situação insustentável em que se encontra e todos voltarem a prosperar.

Passados seis anos na cadeia, José teve sua liberdade consentida, por cumprir 50% da pena e por bom comportamento. Este é o novo tormento de Lucinda: Como lidar com ele, caso se aproxime da família? Como se proteger de uma possível vingança? E Jussara, como vai se sentir? E Júlio? Ela se pergunta, incessantemente.



*Estradas sem fim
como tantas outras
dores, gemidos
lamúrias e desilusões.*

*Caminhos sem começo
chão batido por pisadas ermas
tardes de sombras
no infinito do momento
abarcam todo o horizonte.*

*Jururu acreditei
que se amasse de novo
me esqueceria...
mas é preciso fazer inventário
do que restou
do que levaram.
Organizar a memória
o delírio
amansar os flancos abertos
feridos
até o renascimento
com o céu regendo novo momento.*

*Quando o fogo intenso
encontra a madeira seca
consumação.*

*Quando o fio d'água
penetra a terra dura e fria
germinação.*





BASTA DE VIOLÊNCIA, SOLIDÃO E ESPERA

¶ – Mércia, Mércia!! Seu filho está morrendo, largado no corredor do hospital, com uma bala no abdômen.

Era o ano de 2020, a pandemia correndo solta e o isolamento social já determinado pelo Governo. Na casa da Mércia, todos já tinham pego a COVID-19 e sobrevivido à doença.

Mércia ainda dormia quando sua vizinha, que trabalhava no hospital do Paranoá, chega batendo na janela do quarto gritando:

– Acorda Mércia, rápido, seu filho está morrendo!

Eram 5 horas da manhã, levanta atrapalhada, coloca uma calça jeans e corre em direção ao ponto de ônibus, ainda vestida com a blusa do pijama. Desesperada, com o coração batendo feito um tambor, lembra da inquietude do filho, das suas necessidades de adolescente de 17 anos sem contemplação. Seu coração aperta ainda mais e um nó parece romper a garganta. Lúcio era um bom menino, mas sentia fome de comida, de liberdade, de trabalho, de convívio social, e não suportava ficar em casa preso sem poder sair nestas condições de carência. Faltava tudo, até mesmo alimentação. Sem trabalho, com pouca comida para tantas bocas, a situação era insustentável para ele.

Mércia chega ao hospital e se depara com muitos policiais. Entra no salão principal, caminha para o corredor e leva um choque: Lúcio, seu menino, ali jogado em cima de uma maca, com os braços caídos em direção ao chão, pernas semidobradas e desconjuntadas, camisa aberta, desacordado e sangrando pelo chão.

Tenta chegar até ele, mas os policiais a impedem dizendo que ele havia sido detido roubando um carro. Seu filho tinha saído para uma festa com dois amigos, era o que ela sabia. A polícia os surpreendeu com tiros que atingiram Lúcio, perfurando seu intestino. Os policiais o escoltaram em uma ambulância do Hospital do Paranoá para o Hospital de Planaltina, para ser submetido a uma cirurgia de emergência.

Lúcio segue preso desde então, com uma bolsa de colostomia pendurada no corpo, esperando uma oportunidade para outra cirurgia. Mércia espera ansiosa pelo julgamento do seu filho.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, no Brasil, 13.684 menores estavam nas unidades de internação para medidas socioeducativas. Mas o que se observa é a urgência de políticas preventivas e não punitivas: redução das desigualdades sociais, melhoria do sistema educacional, oportunidades de entrada no mercado de trabalho para esses jovens, qualificação técnica, incentivo ao esporte, práticas culturais. Esse tipo de ação é mais efetiva para afastá-los dos crimes do que as medidas socioeducativas e o sistema prisional. O Estado não está presente nos bairros mais pobres, com ofertas apropriadas aos jovens, garantindo seu pleno desenvolvimento, para que eles não se tornem vítimas da pobreza, das necessidades básicas, cooptados pelo crime organizado, pela violência, inclusive, do próprio Estado como solução dos problemas.

Mércia não se conforma com a violência dos policiais. Seu menino é boa pessoa, inteligente, talentoso, porém estava sob pressão devido a tantas necessidades.

– É uma sensação de revolta e total impotência, porque você vê que quem pode fazer alguma coisa positiva foi justamente quem agrediu meu filho. Eu fecho os olhos e ainda vejo o meu filho sangrando no corredor do hospital. É para sempre, uma coisa que não vai curar nunca. Uma ferida aberta para o resto da vida. Lamenta Mércia.

Lúcio tinha fome e sua vida parecia um fardo. Seu irmão mais novo, André, sofre de Deficiência Intelectual (DI) e precisa tomar remédios para o controle da convulsão e da agressividade. Além deste irmão, filho do mesmo pai, tem mais quatro irmãos, todos menores que ele. Sua mãe teve três companheiros e com cada um ela teve dois filhos. Moram todos com Mércia, em um apartamento pequeno de dois quartos. Com o isolamento social e sem a escola, as relações entre eles ficaram muito difíceis, tanta gente em um pequeno espaço e com tantas necessidades básicas. Uma situação desesperadora.

A sociedade costuma enxergar o adolescente que pratica um furto, um ilícito, como uma pessoa ruim, violenta, que nasceu para o crime. Mas o que se observa é que este adolescente já estava inserido em um contexto de violência antes do ato infracional, a violência da fome, da falta de oportunidades, do preconceito racial, da discriminação, do bullying de toda natureza, de grupos, de gangues, violência que afeta a sua vida completamente.

Mércia passou a sair de casa de madrugada enquanto as crianças dormiam para ir à fila dos serviços de Assistência Social, com a esperança de conseguir cesta básica para alimentar os filhos. Ela recebia um auxílio doença pelo filho André, com um valor insuficiente.

– Ele, antes do isolamento social, frequentava o programa de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial (EJA interventiva), desenvolvida no Distrito Federal, para atendimento de estudantes com deficiência intelectual e autismo em defasagem idade/ano, conta Mércia. Mas, mesmo assim, era difícil porque só estudava de manhã e não eram todos os dias. Perdi muitos trabalhos por conta de ter que ficar com ele em casa.

Passou a receber o Auxílio Brasil, que começou com um valor razoável, pois garantia a alimentação da família. Mas o valor deste auxílio foi sendo reduzido e a situação foi piorando.

Antes da pandemia, Mércia se separou do pai dos dois filhos caçulas. Desempregado e sem perspectiva, ele começou a utilizar drogas e a relação ficou insustentável. Durante o período de isolamento social, ele se matou e ela ficou muito abalada com esta atitude do ex-companheiro, que nunca lhe pareceu ser tão frágil.

Mércia não conta com uma rede de apoio familiar para o dia a dia, exceto a avó dos dois primeiros filhos, que sempre a ajuda, principalmente ficando com o filho André, que sofre de DI, quando ela consegue algum trabalho. Ela faz manicure, artesanato e faxina em residências. Tudo com pouco resultado financeiro, porque nem sempre tem com quem deixar o André.

Teve uma infância muito difícil, criada pelo pai e uma madrasta cruel. Seu pai saía para o trabalho às 4h da manhã e só voltava à noite, deixando toda a responsabilidade pelas duas filhas com a esposa. A madrasta espancava as meninas por qualquer coisa e ainda obrigava Mércia a se deitar com seu pai, que para a criança era tido como seu próprio avô. Muitas vezes fugia de casa, dormia nas calçadas ou num cantinho qualquer para não apanhar novamente. Mas sempre voltava por não ter para onde ir. Sofreu este abuso sexual dos 5 aos 14 anos, quando ela conhece seu primeiro companheiro e sai de casa para morar com ele e sua mãe, na esperança de que sua vida melhorasse.

Este casamento durou 3 anos e também foi cheio de violência e sofrimento. Depois, conheceu o segundo companheiro, que ofereceu uma casa só para ela morar com os filhos. Era uma pessoa bem mais velha, que trabalhava em outra

cidade, passava dois dias por semana com eles e depois voltava ao trabalho. No começo, foi muito bom, ela nunca tinha tido tanto conforto. Fazia artesanato para vender. Mas depois do primeiro filho juntos, seu companheiro foi ficando diferente e com um ciúme doentio, criava clima ruim sempre que vinha para a casa. Ameaça psicológica, gritos, cenas de violência com as coisas que estavam por perto, xingamentos e ameaças de morte. A proibía de estudar, trabalhar, de receber parentes e amigos; chegava em casa e olhava debaixo da cama, atrás dos móveis, com gestos de desconfiança.

Com ele teve outros dois filhos. Quando a situação já estava muito difícil, ela descobriu que ele tinha outra família. Foi a gota d'água. Pediu ajuda para sua única irmã, que morava fora do DF, conseguiu terminar com ele e se mudar para o Riacho Fundo, pois a irmã ajudou com o aluguel.

Conheceu seu terceiro companheiro, com quem ela namorou e acreditou que seria diferente. Também durou pouco tempo, embora tenha tido seus dois filhos caçulas com ele. Terminou o namoro por conta das drogas, pois ele estava muito dependente do uso.

Passado algum tempo, para sua alegria, foi contemplada com um imóvel do programa social do Governo, onde mora com seus seis filhos. Esta nova condição de ter sua moradia garantida por ela mesma, deu segurança e estabilidade para a família. Com 35 anos de idade, Mércia é uma moça bonita, suave, amorosa com seus filhos e, apesar desta trajetória sofrida, é uma pessoa cheia de esperança, tem planos de voltar a estudar, terminar o ensino fundamental e fazer o curso de maquiagem, pois sonha em ser maquiadora. Antes do isolamento social, estava fazendo o Educação de Jovens e Adultos (EJA), que pretende retomar assim que as coisas voltarem ao normal.

Sua maior expectativa é que o quanto antes seu filho mais velho seja julgado e solto. Espera que o Sistema Único de Saúde possa fazer a cirurgia para restabelecer a normalidade do seu intestino e ele possa voltar aos estudos, encontrar algum trabalho, conviver com melhores amizades e ter uma vida digna.



*Abra seus olhos de amor
e contemple.*

*Observe bem
reconheça os labirintos
de seus caminhos
suas escolhas
e desdobramentos.*

Aprimore-se.

*O vento de agosto
invade sem misericórdia
 leva nuvens para longe
 traz outras de acolá
a alma enruga, encrespa seus fardos
a memória migra como a poeira.*

*O vento de agosto
é quente, alimenta o fogo
 arde a madeira seca
 árvores, tocos, florestas inteiras
 guardam suas sementes à espera da chuva
e o amor se preserva nas profundezas da alma.*

*O vento que golpeia o outono
fustiga a alma que chora
deixa o corpo destroçado
ressabido de outrora.*





HOMENS FRACOS E UMA MULHER DE FIBRA

“Pedir que um miserável desempregado, e sem perspectiva de futuro, ou uma jovem mulher que aposta toda a sua vida no sonho do amor romântico abandonem a crença ingênua de que, apesar de todas as humilhações sofridas em outras esferas da vida, a esfera erótica não lhes fecha as chances do amor é sem dúvida exigir uma atitude sobre-humana dessas pessoas. É pedir que elas abandonem todas as ilusões que ainda restam para legitimar todas as suas próprias vidas – para que lhes faça sentido levantar todo dia da cama e prosseguir vivendo”.

(SILVA, Emmanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor dos pobres. In: SOUZA, Jessé et all. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022).

¶ Nos anos 1990, com 14 anos de idade, Josefa veio do Maranhão para Brasília com uma jovem senhora, para trabalhar e morar em sua casa. Seus pais, acreditando que isto seria uma possibilidade de estudar e evoluir na vida, o que a menina tanto sonhava, aprovou tal mudança.

Chegando no Distrito Federal, a menina trabalhava dia e noite sem receber nenhum salário. O tempo foi passando, a saudade da mãe e das irmãs foi apertando, ela tentava contato com sua família para dar e receber notícias, mas não conseguia. A patroa, que tinha se mostrado inicialmente generosa, não permitia que usasse o telefone e nem enviasse cartas à família. Quando esta recebia alguma, escondia da menina. Josefa dizia que queria falar com sua mãe, ela respondia que não podia, que estava tudo bem com a família. Assim, passaram-se três anos sem sequer receber um salário e sem qualquer comunicação com a família, apenas trabalhando dia e noite em troca de alimentação e dormida.

– Eu quero estudar, dizia Josefa. E a patroa:

– “Não, não precisa!! Você não precisa estudar porque você já tem comida aqui dentro de casa”.

Isso foi amargando dentro de Josefa, até que decidiu fugir e procurar sua irmã mais velha que morava em Brasília. No entanto, ela não tinha o endereço e mal conhecia Brasília, só sabia que ela morava no Paranoá. Conhecia um motorista de ônibus que morava na mesma rua da casa da sua patroa, conversou com ele e pediu carona até o Paranoá. Chegando lá, ela também não conhecia ninguém; então, passou o dia indo de casa em casa, perguntando sobre a irmã e nada. Escureceu e ela se acomodou em um cantinho, pois chovia muito; ali passou a noite, na rua. Dia seguinte, continuou de casa em casa, até que encontrou sua irmã. Desse dia, em diante, sua vida começou a ganhar outra trajetória. Arrumou um trabalho de faxina remunerada, ia e voltava para casa da irmã todos os dias.

Josefa era filha de lavradores, família com oito filhos, cujos pais viviam do que plantavam. Tinham uma vida regrada, mas calma, sem brigas. Com a vinda dela e da irmã mais velha para Brasília, seu irmão Júlio, posteriormente, também veio e se instalou com uma oficina para reformas de sofás. Isso aumentou a rede de apoio e relacionamento familiar de Josefa na cidade.

Nessa época, ela conheceu um rapaz, se casou e com ele teve três filhas. Foram morar em Taguatinga. Foi um relacionamento muito conturbado, tinha muita traição; então, ela decidiu se separar, saiu de casa e voltou para o Paranoá.

Depois, ela teve outro relacionamento, mas que também foi muito ruim e traumatizante após os dois primeiros anos. Ele perdeu o emprego e começou a beber, ficou violento e agredia Josefa. Apenas ela seguia trabalhando; e ele, bebendo. Um dia, foi informada no trabalho que ela devia voltar para casa o mais rápido possível, pois o marido fez algo errado com a vizinha e ela chamou a polícia. A vizinha tinha denunciado tentativa de estupro por parte dele. Quando Josefa chegou assustada no barraco em que moravam, ele estava escondido debaixo da cama, mas a polícia o levou preso. E lá ficou, sendo solto só depois de um ano e meio de prisão. Voltaram a morar juntos. Ela não teve filhos com ele, eram filhas do primeiro marido. Um dia, ele tentou abusar da Eleni, a filha do meio. Josefa não teve dúvida, se separou e foi morar no Riacho Fundo com as filhas.

Passado um tempo conheceu outro rapaz, cujo relacionamento foi um desastre novamente. Ele trabalhava de assentador de ladrilhos e cerâmicas nas construções, mas ficou desempregado e começou a beber, a tomar e vender drogas e tudo mudou, ficou horrível. A patroa de Josefa, ciente da situação de dificuldade dela, ofereceu uma casinha numa chácara que lhe pertencia, ali mesmo no Riacho Fundo, para que Josefa não pagasse aluguel e pudesse se mudar para lá com suas filhas. O que aconteceu de imediato.

Um dia, ele bateu na porta da casa dela e ficou chamando; bêbado, tentou subir no telhado, mas o vizinho chamou a polícia e ele ficou quieto. No dia seguinte, quando ela abre a porta da rua para levar as filhas para a escola, ele estava atrás da porta. Ele a empurra para dentro de casa com as duas filhas, tranca a caçula no banheiro e manda Josefa e Eleni tirarem a roupa. Ele tentou abusar das duas. O vizinho estranhou os barulhos, disse que ia chamar a polícia. Ele pegou uma faca e ameaçou as três, caso não fizessem em silêncio.

Por sorte, morava um policial bem perto e ele suspeitou que algo estava errado. Enquanto isso, Lana, a filha caçula que estava presa no banheiro, consegue sair, pegar uma faca de mesa e começa a esfaquear as costas dele. Quando a polícia arrombou a porta do barraco, elas saíram correndo nuas e desesperadas no meio da rua, até que a vizinha as cobriu com toalhas e as levou para dentro de casa. Foi um acontecimento traumático que marcaria para sempre suas vidas, sobretudo das crianças.

Enquanto a polícia invadia a casa, elas saíram correndo e ele entrou num matagal por trás da casa e nunca mais a polícia o encontrou.

Com tudo isto, seu irmão Júlio, que morava no Paranoá, foi buscá-las para morar novamente por lá.

Passado algum tempo, Josefa conhece um rapaz de boa índole, segurança em uma empresa, se casam e passam a morar juntos com suas três filhas. Há 10 anos estão juntos numa relação boa, amiga e saudável.

A tristeza de Josefa é o rumo que a vida de Eleni tomou, pois ela não conseguiu superar os traumas do abuso e de tudo o mais. Fez terapia, mas não foi suficiente para curar tantas feridas. Sempre culpa a mãe por tudo o que ela passou.

“A ausência moral e afetiva do pai costuma deixar uma enorme carência nas relações pessoais e amorosas com os homens” despertando o impulso pela busca desesperada por este preenchimento e o “grande desafio é evitar que o corpo meramente sexualizado seja sua única fonte de afeto com os homens.

(SILVA, Emmanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor dos pobres. In: SOUZA, Jessé et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.)

Eleni se casou e viveu com o rapaz por 5 anos, teve 4 filhos e hoje são separados. Os filhos são criados pelas avós, pois o pai é usuário de drogas, o que muito influenciou Eleni. Com Josefa estão dois deles, o último com apenas oito meses

de idade, o que a impede de trabalhar fora, deixando toda a carga financeira para o marido.

Antes da pandemia, Eleni consumia apenas maconha e ficava tranquila em casa, conta Josefa. Quando as coisas começaram a piorar e os recursos foram escasseando, o isolamento social impondo uma convivência restrita e a faltar alimentação, a situação ficou insuportável para Eleni. Ela se desesperou e começou a usar crack, a furtar alimentos em mercearias, ficando mais na rua do que em casa, largada, apanhando, foi até pega nua pela rua. Sua mãe sofre muito e vive procurando por ela, trazendo a menina de volta para casa, abandonada e mau tratada, magra, parecendo pele e osso. Josefa alimenta sua filha, conversa, mas não obtém resultados e tudo se repete.

Pouco antes da pandemia ter início, Josefa conheceu um projeto social no Itapoã e começou a frequentar com as crianças. Lá, dançavam o boi, conheciam a vizinhança, se socializavam. Com a pandemia apertando e o isolamento social imposto, a liderança do projeto convidou-a para participar de um grupo a fim de ajudar na coleta e distribuição de cesta básica. Em contrapartida, ela ganharia cesta básica e verduras para alimentar a família.

Isto foi a salvação de Josefa!

– Passei tanta necessidade, que eu precisei entrar nesse projeto do Itapuã para poder ajudar minha família e as minhas vizinhas também, sem ter nada para comer e mais as crianças... aí, eu fui conversando com as vizinhas e formamos um grupo com trinta pessoas para distribuição de cobertores, roupas e, sobretudo, cesta básica, que o projeto angariava de doadores voluntários. Este trabalho era semanal, sustentou inúmeras famílias com alimentos e outros bens de primeira necessidade.

Com a pandemia e o isolamento social, a vida de Josefa ficou muito difícil.

– Eu não sabia se corria atrás do que comer ou se corria atrás da minha filha, e ainda cuidava de três netos que moravam comigo, sendo um deles ainda bebê. Se meu telefone tocava, eu tinha medo de receber alguma notícia, igual recebi várias vezes pessoas batendo na minha porta: “Olha, acho que sua filha tá ali apanhando”. Meu coração quase não aguentou de tanto sofrimento de ver minha filha neste estado. E ainda hoje, ela não se recuperou, embora manifestou vontade de se internar para tratamento de limpeza das drogas. Estamos procurando esta alternativa para tratá-la.



Josefa e as crianças pegaram COVID-19, menos o marido, que passou a dormir no outro quarto para não se contaminar. Ela ficou muito ruim, com muitas dores e falta de ar, superou a doença e agora lida com algumas sequelas que restaram.

– No futuro, eu espero que minhas filhas fiquem melhores, sem tantos problemas. Eu falo para os meus netos estudar bastante, sempre falo!! Estudar... é a saída desta vida de dificuldades. Logo vamos ter eleições e todos nós estamos nessa apreensão, porque, à princípio, vamos ver se vai ter mudança, né?! Vamos ver se melhora mais a situação de todos nós brasileiros. Porque agora está muito complicado. Estamos torcendo para o Lula! Ele é nossa esperança de ter algum futuro.



*Quando o sol voltará a brilhar
nos nossos corações?*

*Quando a chuva limpará
este ódio que anima
pessoas?*

*O céu entornará seus cânticos
sobre nós
as cigarras vibrarão sua energia
sobre as árvores
o levante, o oceano inteiro
à nossa frente
vencerá.*

*Este vazio que me acompanha
desde criança
ameaça.*

*Vestígios de ternura e ódio
se misturam
dependurados como móveis
ornamentos do coração
violentado.*

*Ah, esta casa
que me protege e me aprisiona
neste país de penumbras!
Cercada por gerânios e caliandras
vejo suas esponjinhas...
Ah, o tom é vermelho!
Sim! O tom da saída!*





A POLÍTICA COMO LUME

¶ – Eu perdi o emprego e não tinha como me sustentar. Minha vida era totalmente diferente do que encarei na pandemia, fiquei como um passarinho. Aí, descobri como um passarinho vive preso. Tinha discussão com o marido porque não era acostumada a ficar 24 horas juntos... e com minha filha porque não vivia com ela 24 horas, tinha a escola, uma programação de vida totalmente diferente.

Jacira, com 38 anos de idade, caiu em depressão profunda.

Antes da pandemia, trabalhava e morava em um colégio grande, particular, em Brasília. Ela e seu marido eram os zeladores do colégio, tipo “faz tudo”, limpeza, manutenção e segurança. Moravam em um pequeno quarto na escola, o casal com a filha de 13 anos, numa condição ruim. O quarto não tinha banheiro, só podiam usar o banheiro do colégio, mas apenas quando não tinha ninguém na escola. A proprietária fez um acordo com eles para que morassem ali. Em troca de prestarem os serviços, ela pagaria os salários e ofereceria uma bolsa para a filha estudar. A possibilidade da filha estudar no colégio foi o que seduziu Jacira, pois tratava-se de um colégio muito caro e reconhecido em Brasília por sua excelência.

Neste emprego, Jacira sofreu muito com o racismo por parte, sobretudo, da dona da escola, mas aguentou tudo para manter os estudos da filha.

– Eu fui humilhada por ser negra, foi doloroso. Fui contratada para limpar o colégio. Nunca fui uma pessoa de ficar quietinha, sempre quero dar o meu melhor. A dona do colégio não me via pela minha profissão, ela me via como uma negra escrava. Como uma pessoa que estava ali para servir a ela, tanto que quando eu acabava de fazer o serviço, dizia: “Pode fazer de novo”. Gritava no meio das pessoas, impondo o que queria humilhando os outros. A proprietária do colégio ficava bonita, se arrumava para trabalhar, mas você não podia...

Uma vez, eu lembro que fiz umas tranças no cabelo, no cabelo todo. Mudou minha fisionomia. Ela disse: “Nossa, você está bonita para quê? Para lavar vaso?” Comigo, como eu era a encarregada, ela chegava na sala e me acabava. Um dia falei: “Olha, eu não aguento mais, eu quero ir embora”. Ela disse assim: “Aqui você não tem nem o direito de pedir para sair”.

Com a pandemia surpreendendo a todos, em março de 2020, o colégio teve que fechar as portas neste mesmo mês, Jacira seguiu trabalhando até abril na limpeza do prédio, quando foi demitida e obrigada a se mudar. Seu marido seguiu trabalhando no colégio por mais algum tempo, pois fazia pequenas obras de manutenção no estabelecimento.

O casal alugou uma *quitinete* em São Sebastião por 450 reais, onde havia mais sete quitinetes iguais, era um conjunto de quatro no térreo e no andar acima. Viveram com o pouco que Jacira tinha recebido da demissão e os “bicos” que o marido ainda conseguia fazer. Ele ainda trabalhava no colégio, agora mais espaçadamente, em serviços pontuais.

No início foi um período até bom, pois puderam conviver com os vizinhos, conversar na calçada ao ar livre e não se sentiam tão isolados. Porém, a situação de penúria foi aumentando e todos sofriam desta mesma condição, então, dividiam comida e tudo o que pudessem para amenizar o sofrimento. Neste período, todos os membros da família, pegaram COVID-19 e Jacira ficou especialmente ruim. Ela sofre de doença respiratória, tendo que respirar com bombinha uma vez por dia; então, com a COVID-19 ficou bastante debilitada e profundamente deprimida com a falta de recursos, sobretudo para a alimentação.

Sua filha de 13 anos, Elenice, foi quem segurou a barra do casal adoecido, pois fazia a comida, limpava a casa, saía para comprar comida no mercado, e, mesmo com COVID-19, ela tinha mais disposição e saúde. Usava luva e máscara para não contaminar ninguém e teve pouco sintoma da doença. Era jovem e saudável, praticava luta esportiva, tinha muita resistência, conta a mãe orgulhosa da filha.

Jacira e o marido foram levados para o hospital porque ela estava muito mal, com dores terríveis, com falta de ar e fraqueza profunda, sem conseguir se levantar até para ir ao banheiro. Ao chegar no hospital, a coisa estava feia, lotado, gente já falecendo nos corredores, os profissionais correndo de um lado ao outro. A orientação era aplicar de imediato no paciente um kit de medicamentos assim que chegassem para resistirem à COVID-19 e aguardarem o atendimento. Ela se apavorou, pois é alérgica, e no kit continha iodo. Ela e o marido fugiram, se apoiando um no outro, e voltaram para casa com a ajuda da filha.

Jacira ficou muito enfraquecida, perdeu seus cabelos que caíam aos tufos, acabou raspando toda a cabeça para dar um visual melhor. E foram se recuperando lentamente.

Logo após este período da doença, Jacira conheceu um projeto social em São Sebastião que reunia mulheres na situação dela para roda de conversa terapêutica e que usava técnicas do teatro para ajudá-las no processo. Recebeu uma pequena ajuda de custo que possibilitou seu deslocamento para participar. Nestes encontros, ela conseguiu sair da depressão profunda em que se encontrava. Tinha, inclusive, tentado se matar com comprimidos. Esta convivência terapêutica foi a salvação! Jacira percebeu que havia muitas mulheres na mesma condição dela, que tinham passado pelos mesmos sofrimentos e abusos. Ali, puderam compartilhar seus receios e as coisas mais profundas que atrapalhavam suas vidas. Isto a fortaleceu e a empoderou para encarar novamente o dia a dia, com a força e a coragem que sempre teve.

Jacira trazia muitas cicatrizes na alma, adquiridas ainda na infância. Era filha de um homem muito machista, que considerava a mulher um ser desprezível. Era violento e cruel com a mãe. Teve duas filhas e um filho. Com 10 anos de idade, ela ouvia o pai dizer: “No Brasil deveria ser como nos outros países, o pai sustenta a filha e ela tem que dar a virgindade para o pai”. Sua mãe vivia igual galinha, escondendo os pintinhos debaixo das asas o tempo todo, vigiando as filhas, escondendo-as do pai. Mas escapou de sua vigília seu filho mais velho, que passou a abusar das irmãs desde quando Jacira tinha oito anos de idade. Era violento, batia, machucava e abusava sexualmente das meninas. Isso seguiu até quando Jacira completou 14 anos de idade. A situação só se interrompeu quando Jacira foge de casa e vai parar no Rio de Janeiro, mudando-se de Brasília.

Quando retornou à Brasília e conheceu seu marido, há 15 anos, Jacira sofreu os mesmos abusos e violências. Inclusive, quando grávida da filha caçula, teve seus dois braços quebrados por ele.

– Hoje, nós vivemos bem. Quando as pessoas olham e falam: “Nossa, vocês formam um casal maravilhosos!”, eu digo que não, que nós aprendemos a ter respeito um ao outro. Meu marido foi criado por um pai que batia na mãe; então, achou que com a mulher dele seria a mesma coisa. Mas, na época, eu o denunciei pela Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006 - define que a violência doméstica contra a mulher é crime e aponta as formas de evitar, enfrentar e punir a agressão). Ele foi preso. Não tirei a denúncia, ele pagou por isto na cadeia!! Sou mulher, sou negra, eu tenho que ter a minha voz! Não é um homem ou uma situação que vai me calar. Isso eu aprendi no pulso e me fortaleci na roda de mulheres!

Após seis meses morando na *quitinete*, tiveram que se mudar, pois já não tinham como pagá-la. Foram morar em um assentamento em São Sebastião, ruas de terra, poeirão e um aglomerado de barracos construídos com a ajuda de Deus, latas, papelões e tábuas.

Elenice estudava pela internet, usando a conexão *wi-fi* do terminal de ônibus do DF. Sua mãe havia ganho de um amigo um velho computador para permitir que ela continuasse os estudos no período da pandemia. Era muito esforçada, o orgulho dos pais, ela só tirava nota boa e dizia que iria ser médica para ajudar as pessoas que sofriam com doenças e não tinham como tratar. Ela herdara da mãe o mesmo espírito e gosto para ajudar o próximo.

O esforço e o carinho de Elenice com os pais davam força para Jacira seguir com a vida.

No assentamento, Jacira começou a organizar grupos de moradoras para buscarem verduras dispensadas pelos restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos, e dividirem entre os vizinhos. A situação de carência era grande e o auxílio do governo não era suficiente. Ela tem o desejo e motivação de mostrar às pessoas que todos têm como viver, como crescer e melhorar sua vida. Talvez por um impulso interior de falar para si mesma, buscando força para enfrentar o mundo que a violenta de várias maneiras.

– Eu passei umas cinco eleições sem votar porque não acreditava na política. E vi que não votar fez o quê? Fez colocar uma pessoa que matou tantas outras... colocar uma pessoa que quase me matou. Eu vi isso. Vejo que tenho o poder de falar: “Não, eu não quero mais um homicida, eu não quero mais uma pessoa que vai fazer o mal para o outro”. Tenho fé que vai mudar! Ah, eu vou votar para o Lula!

Ela conta que durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sua vida era muito melhor.

– Minha filha mais velha, a Irene, foi formada pelo PT. Ela fez faculdade de farmácia sem gastar um tostão. Não faltava trabalho para ninguém. Eu recebia 39 reais do Programa Bolsa Família, mas com este valor eu conseguia pagar a água, eu conseguia pagar a luz da minha casa e ainda conseguia comprar arroz e feijão com 30 reais!! Hoje, os 600 reais do Auxílio Brasil não dão para você alimentar três pessoas numa casa. Fico olhando... é tanta humilhação que coloca os pais e mães de família para estarem na porta do serviço de assistência, dormindo na fila para um filho ser atendido. É em todo o Brasil, o cadastramento do CAD

ÚNICO. Para receber o meu Auxílio Brasil, eu tive que me fazer de moradora de rua, mas eu recebi. Com o Lula, eu não precisei disso. Com o Lula, eu entreguei meu documento na Assistência Social, fui bem atendida e pronto. Por isso que agora eu vou trabalhar para ele nas eleições. Só assim que eu e esse povo todo do assentamento vai poder ter uma casa boa, faculdade para nossos filhos e netos, poder comprar roupas e sapatos para a família e viver com dignidade.



*Multidão que sofre
crescente iniquidade
como rio poderoso
rompe barreiras.*

*Tempos de desordem
fome
ira e injustiça
revolta insuficiente.*

*Coração não encontra alegria
corpo e espírito dispersos
rogo o fim dos tormentos
e uma vida
com frescor de esperança.*

*Ouço em mim
a tristeza do mundo
gemidos das mães
exaustas
tentando salvar seus filhos
da fome perversa.*

*O ombro largo da multidão que avança
busca o sonho da equidade
suporta porretes, gás lacrimogêneo
porradas,
porquanto todos juntos de mãos dadas.*

*Momento de trevas
uma indignação pungente
se arrebenta em desalento.*

*Impedidos, algemados pelas
circunstâncias
ouço longínquo
o clamor da mudança*





A FÉ DE UMA MULHER IMPLACÁVEL

¶ – Teve uma hora que eu pensei que todo mundo ia morrer. Porque a COVID-19 ia matando, matando uma fila de gente. Em março de 2020, tudo foi parando, os trabalhos, as escolas, o comércio, e em abril o povo já foi morrendo sem dó. Foi dando aquele pânico, o medo dominando, todo mundo com medo das pessoas. Todos se esquivando, evitando uns aos outros na rua, se escondendo com luvas, máscaras e distanciamento.

Segundo o COVID-19 - Transparência DF, no Paranoá, houve 12.500 casos com 221 óbitos, no Itapoã, 17.397 casos com 295 óbitos, e em São Sebastião, 18.600 casos com 241 óbitos. Sendo 59% dos casos, mulheres.

Mulheres e homens ficaram sem emprego, sem comida para alimentar os filhos, trancados em casa, um verdadeiro desespero. Luzia, seu marido e filho, sem trabalho, sem dinheiro, pegaram COVID-19 logo no começo do isolamento social. Ficaram quietos em casa, recebendo ajuda dos conhecidos que levavam cesta básica e deixavam na porta da casa.

Luzia é uma mulher resistente que cresceu na roça, plantando e capinando com seus sete irmãos, no interior do Maranhão. Viveu situação de muita dificuldade, de pobreza mesmo. Seus pais eram lavradores e ali viviam conforme Deus permitia.

De tempos em tempos o lugarejo era visitado por freiras de um convento próximo à capital. Elas iam de casa em casa conversando, orientando sobre cuidados simples com a saúde, com a alimentação e com o espírito. Luzia, menina cheia de vontade de estudar e de ajudar a família a melhorar de vida, achava mesmo que as freiras eram santas e se espelhava nelas. Elas sabiam ler e escrever, uma verdadeira preciosidade naquelas bandas. Passavam o dia espalhando bondades. Luzia ficava encantada! Queria ser igual a elas, queria ser santa! Passava vários dias cultivando esta ideia. Ser freira parecia não só uma oportunidade de estudar, viver melhor, mas ainda de ajudar os demais.

Foi assim que numa tarde quente e com apenas 14 anos, a menina, com a permissão dos pais, seguiu com as freiras para o convento.

No convento Luzia ficou 14 anos, estudou, formou, fez o magistério e desenvolveu diversas habilidades manuais como costura, bordado, culinária, dentre outras. Ela

passou sua juventude como missionária no interior do Maranhão e na periferia de São Luís, dando assistência social e espiritual sobretudo para jovens drogados.

Foi também no convento que ela descobriu que era preta, pois era a única preta entre tantas brancas. Se deu conta que a cor da sua pele afetava as irmãs e sua própria existência. Experimentou pela primeira vez o racismo. Lá dentro as coisas não eram uma maravilha como ela imaginava, sofria de discriminação, era explorada no trabalho doméstico e, geralmente, levava todas as culpas por erros cometidos pelas outras.

Foi se decepcionando, até que resolveu deixar o hábito, deixar o convento e abrir um novo capítulo em sua trajetória, se mudando para Brasília.

Morou em São Sebastião, Santo Antônio do Descoberto e, finalmente, em Itapoã. Chegou em 1996, quando a cidade ainda era uma ocupação. Ali engajou na luta por moradia, na luta para ter um endereço, na luta das mulheres por igualdade de direitos, na luta contra o racismo e na luta diária contra a pobreza. Uma guerreira!

O lugar era constituído por pessoas de todo canto, conhecido por ser muito violento, com muitas brigas, desentendimentos e assassinatos. Tinha uma maioria de pessoas analfabeta e Luzia pensou que se alfabetizasse as pessoas, a violência reduziria. Então, começou a oferecer curso de alfabetização no quintal de sua casa. E, assim, ela alfabetizou, durante alguns anos, uma grande quantidade de pessoas, que começaram a conviver melhor e a se relacionar.

Fundou a Paróquia no Itapoã para dar vazão à fé que muito cultivou no convento e ainda alimenta seu espírito. Articulou as ações da Paróquia com a Pastoral da Criança e as atividades foram tomando corpo. Em 2005, constituiu uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e conseguiu a colaboração de estudantes das universidades para o trabalho de alfabetização. Esse trabalho social se avolumou e alcançou grande resultado, em termos de alfabetização e de proporcionar a convivência comunitária. Os moradores, alunos da alfabetização, eram quase todos nordestinos que sentiam saudades do nordeste, das comidas típicas, das danças e brincadeiras. Um dia, o grupo teve a ideia de organizar atividades culturais, entre eles mesmos. Esta iniciativa foi um sucesso e segue possibilitando a convivência comunitária, a participação e o fortalecimento da identidade do território. Luzia segue, assim, mobilizando a comunidade, com grupos de rezas, alfabetização para adultos e atividades culturais, sempre aos finais de semana. É tambor de crioula, bumba meu boi, futebol e, até com o

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a OSC se desenvolveu.

Luzia é exemplo e inspiração de protagonismo comunitário, uma pessoa com uma força interior extraordinária!

Ela se casou, logo que chegou no Itapoã, e teve um filho. Vive muito bem com seu marido que, segundo ela, antes de tudo é um grande amigo. Seu filho é educador social e trabalha nos projetos. Seu marido trabalha em farmácias. E até a pandemia, ela trabalhava numa escola particular em São Sebastião como alfabetizadora, quando a escola fechou suas portas e perdeu o emprego.

Depois que Luzia se recuperou da COVID-19, tomou pé do estado de penúria e desestruturação em que se encontravam as famílias no Itapoã e do Paranoá.

– A gente viu os divórcios, tinha muito marido deixando as mulheres com as crianças e indo embora, abandonando a família. Uns se embruteceram e batiam nas mulheres e nas crianças, olha... foi uma provação. Parece que tínhamos entrado no inferno.

Apesar das sequelas deixadas pela COVID-19, dores e dificuldades para caminhar, ela começou a articular doações de cestas básicas e a organizar grupos de moradores para a distribuição nas casas, durante o período de isolamento social.

Fez tudo pelo *WhatsApp*, consegui doadores de todos os estados, grupos de aposentados, moradores do Plano Piloto, Lago Norte e Lago Sul, das Pastorais, gente de todo canto começou a contribuir para a aquisição das cestas básicas e também de outras necessidades, como cobertores, fraldas, máscaras, luvas, álcool gel, roupas, sapatos, etc. Esta articulação se transformou numa grande rede de solidariedade, onde doadores avisavam para outros conhecidos, que passavam a doar também e assim sucessivamente.

O material chegava pelo correio e por outros serviços de entrega na casa dela, que já era um espaço usado antes do período da pandemia pelos cursos e atividades culturais. Ali virou a central das doações, uma distribuidora, onde pequenos grupos de moradores organizados iam buscar as cestas e entregar na porta das casas. Cada grupo deste era responsável por uma quantidade de quadras, assim, cobriam grande parte do território, incluindo o Paranoá.

Este trabalho conseguiu salvar mais de 2 mil famílias da fome durante este período, garantindo a alimentação e outras coisas de primeira necessidade, pois

o Programa de transferência de renda do Governo Federal, o Auxílio Brasil, era um valor insuficiente.

– Nossa OSC recebeu selo de solidariedade da Secretaria da Justiça, salienta Luzia orgulhosa. Então foi uma revolução, uma revolução na vida de todo mundo, o quanto que a gente mudou... o que mais doía era que quando a gente ia na casa de algumas pessoas, tinham nove, dez pessoas isoladas dentro da casa e ninguém tinha nada para comer. Ninguém tinha nada, era aquele calor, você abria a porta, era aquele vapor... meu Deus do céu. O povo todo parado dentro de casa, tinham crianças passando fome... foi um momento muito difícil. Não tinha para onde correr, não tinha dinheiro, não tinha nada. Então o que salvou foram as cestas básicas, porque nós buscamos parceria com o Programa Mesa Brasil, do SESC, com a Central de Abastecimento do DF (Ceasa), além das doações das pessoas físicas.

Ainda no período do isolamento social, Luzia prestou concurso para agente comunitário de saúde, da Secretaria de Saúde do DF, e passou. Foi chamada e assumiu o trabalho.

Nos finais de semana, segue trabalhando junto à comunidade. E espera retornar com as atividades de alfabetização de jovens e adultos, os grupos de rezas e as atividades culturais, assim que findar o isolamento social.

Luzia lamenta:

– Perdemos muita gente da linha de frente deste trabalho de mobilização e distribuição. Perdi duas amigas, uma ferida muito forte, difícil de cicatrizar. Eu até hoje tenho alguns áudios delas, que nunca apaguei. Também aconteceu bem perto da minha casa, o meu vizinho foi embora também com COVID-19 e não conseguiu se salvar. E outras pessoas, amigos, foi muita gente, muita tristeza. Uma dançarina do boi nós perdemos para a COVID-19, foi um choque.

O sonho de Luzia, desta mulher incansável, agora é conseguir uma sede para a sua entidade, a fim de desenvolver ações que promovam a profissionalização das mulheres e dos adolescentes da cidade. Acredita que a mulher é a grande força da família, quando criada com oportunidade de estudo e trabalho, oferece um lar emocionalmente equilibrado para um bom desenvolvimento das crianças. Além de ter mais condições de escolher melhor seus companheiros e estabelecer uma relação mais harmoniosa.



*Olhos invisíveis
ameaçam...
há violência no ar.
Uma tristeza que cresce
 exílio sem tempo
desaba sobre todos.
A lua resvala sua luz
sua magia
em cada um de nós.
Nossa angústia dilacera
no obscuro
nesse verso
que se encerra mudo.*

*Ao abrir a janela, lá estava
novamente*

o amanhecer.

*No mais profundo universo
sem forma*

sem nome...

disperso.

A esperança encheu-me o peito!

Veio o suspiro do horizonte satisfeito.

*Um fio de água
atravessou-me
doce,
umedeceu
subúrbios e alamedas
arrebentando flores
do manacá
já quase seco
no ventre.*



BIBLIOGRAFIA

- ALDROVANDI, E. O. C. **Nos passos da violência**. Capivari: EMI, 1997.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro. Ed. Pólen. São Paulo. 2019.
- AUAD, Daniela. **Feminismos: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, L. M. e ALMEIDA, T. M. C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, jan./jun. Brasília: UnB, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 197-221. Disponível em: <<https://cadernodematerias.files.wordpress.com/2012/03/o-narrador-walter-benjamin.pdf>>. Acesso em: jan. 2023.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. Rev. Bras. Educ., 2002 (19), jan. 2002. <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>>
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DF, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2005.
- BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA. Lei n. 11.340/06, de 7 de agosto de 2006**. Brasília: DF, 2006.
- BRASIL. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2007.
- BRASIL. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013. **Programa “Mulher, viver sem Violência”: diretrizes gerais e protocolos de atendimento**. Presidência da

República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: DF, 2013.

BRASIL. **Lei do Feminicídio. Lei n. 13.104/15, de 9 de março de 2015**. Brasília: DF, 2015.

BRUM, Eliane. **A Vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélogo editorial 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros Editora, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio Janeiro: Malê Editora, 2011.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio Janeiro: Pallas editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. ZAHAR, 2020.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade da depressão**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LAJOLO, M. **O que é Literatura**. Coleção Primeiros Passos. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

NOAL, Débora da Silva; DAMÁSIO, Fabiana; FREITAS, Carlos Machado de. (Coord. e colaboradores). **Cartilha Violência Doméstica e Familiar na COVID-19 / Curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID19**. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/Ministério da Saúde – Brasil. Maio/2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna. 1987.

SCHWARTZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930**. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Emmanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor dos pobres. In: SOUZA, Jessé *et all*. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo: Editora Contracorrente. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e SEAWRIGHT, Leandro. **Memória e narrativas: História Oral Aplicada**. Ed. Contempo. 2020.



Roseane Braga é poeta com 3 livros publicados, goiana, nascida em Catalão. Estudou na Universidade de Brasília (UnB) na década de 1970. Foi bancária da Caixa Econômica Federal de 1981 a 1996, exercendo diversos cargos nas grandes cidades da região sudeste do país. Em 1996, pede demissão para dedicar-se às atividades do Terceiro Setor.

Em Ubatuba, desenvolveu projetos junto à comunidade Guarani e ribeirinhos, moradores da Mata Atlântica, e projeto de inclusão social para usuários dos serviços de saúde mental de Campinas, por meio de atividade turística e ecológica, facilitando a convivência comunitária fora do Hospital psiquiátrico.

Concebeu os projetos Fazenda Escola Marinha para cultivo de mexilhão; Escola de hotelaria, maítre e guia turístico; Centro cultural de artes e ofícios para o Instituto O Menino e o Mar, instituição dirigida pela atriz Ruth Escobar e pelo arquiteto Rui Otake.

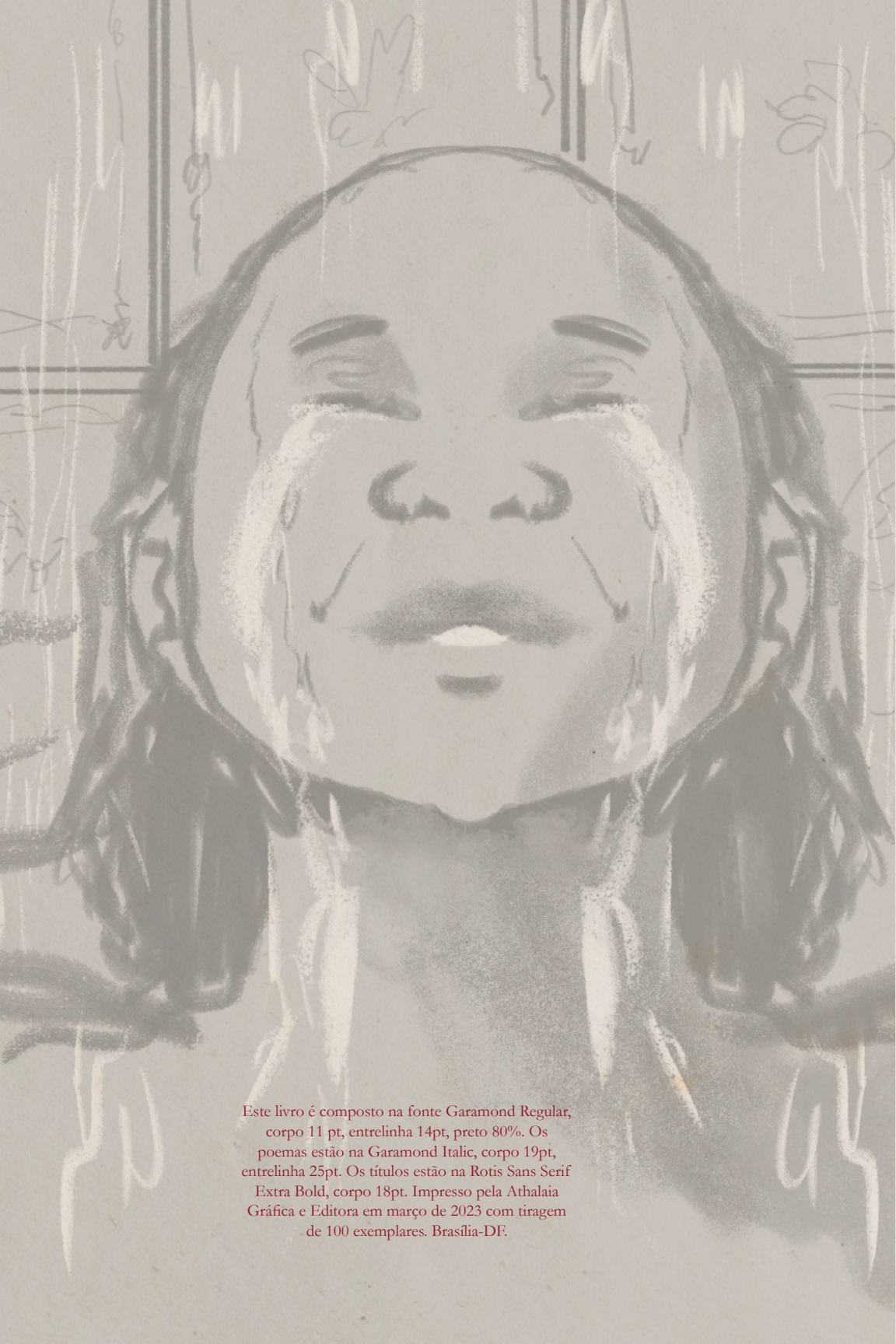
Em Goiânia, assumiu a coordenação do Programa do Governo Federal em parceria com a Universidade Católica de Goiás, Centro de Apoio à Vítimas de Violência, experiência que influenciou este projeto de livro. Ainda neste período, criou o projeto Coró de Pau - Arte, Ofício e Sustentabilidade que se estabeleceu como Ponto de Cultura na cidade até os dias de hoje.

Retornou à Brasília em 2005 como gerente nacional da OSCIP Moradia e Cidadania, com atuação em todo o território nacional. Segue desempenhando papel importante na gestão de projetos e programas socioculturais em diversos estados brasileiros. Foi gerente nacional da empresa Caixa Crescer, startup de microcrédito produtivo e orientado da Caixa Econômica Federal e da FENAE.

Nos últimos 10 anos, destaca-se como sócia-fundadora do Instituto Bem Cultural, atual vice-presidente e presidente entre 2017 e 2021. Neste período, atuou como coordenadora-geral do projeto Museu Educativo do Museu Nacional da República que criou a plataforma virtual <https://mnr.museueducativo.com.br/>, com mediações em artes das exposições; coordenadora administrativa do projeto Gestão compartilhada e programação do Espaço Cultural Renato Russo – 508 sul (complexo cultural composto por 3 teatros, 2 galerias para exposições de artes visuais, praça para feiras e convivência, além de amplo espaço para oficinas de arte), ambos com apoio do FAC-DF; coordenadora-geral do projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentado do Território - DIST, realizado em Ribeirão das Neves/MG e financiado pela CAIXA; e agente cultural do Movimento Internacional da Dança (MID) em diversas edições. Desde 2017, é sócia-fundadora e produtora cultural da Tangará Desenvolvimento Social Ltda-ME.

Hoje apresenta este livro, fruto do projeto Mulheres e o isolamento social, selecionado no Edital 06/2021 – FAC Brasília Multicultural I.

Contato: 61 99806-1747. Email: roseanebraga@gmail.com



Este livro é composto na fonte Garamond Regular,
corpo 11 pt, entrelinha 14pt, preto 80%. Os
poemas estão na Garamond Italic, corpo 19pt,
entrelinha 25pt. Os títulos estão na Rotis Sans Serif
Extra Bold, corpo 18pt. Impresso pela Athalaia
Gráfica e Editora em março de 2023 com tiragem
de 100 exemplares. Brasília-DF.

As narrativas aqui apresentadas são fragmentos de realidades comuns às mulheres pretas/pardas e periféricas de todo o Brasil. Por meio de relatos de cinco mulheres, para as quais daremos nomes fictícios, pretendemos descortinar a difícil tarefa de sobrevivência durante a pandemia de COVID-19 nas áreas periféricas do Distrito Federal, acentuada pela desigualdade social, pelo racismo estrutural e pelo sexismo cotidiano que perpassa todos os setores da suas vidas.

Este projeto é realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal.